



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

CONCLUSÃO

Em 14/10/2013, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.

Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0013567-98.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Impugnação Ao Cumprimento de Sentença - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Impugnante: **Bv Financeira Sa Crédito Financiamento e Investimento**
 Impugnado: **Rodrigo Teodoro da Silva**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento

impugna a fase de cumprimento da sentença requerida pelo autor **Rodrigo Teodoro da Silva**, alegando excesso de execução, pois seu débito é de R\$ 4.521,34 e não o valor pretendido pelo exequente, fazendo jus à repetição do excesso de R\$ 1.948,16.

A impugnação foi recebida a fl. 05. O exequente manifestou-se às fls. 7/8 sustentando a exatidão do crédito exequendo, que não se ressente de excesso algum.

Réplica a fl. 10. Informações da contadoria a fl. 12.

É o relatório. Fundamento e decido.

Às fls. 99/101 da ação principal, a contadoria do juízo obedeceu aos limites estabelecidos pela coisa julgada material (fls. 88/95 e 96v). O valor a ser restituído foi calculado em termos proporcionais em relação ao valor total do crédito (R\$ 19.160,92), ou seja, 10,177%, apurando-se assim o valor proporcional acrescido dos encargos contratuais aplicados em cada parcela segundo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

o quadro demonstrativo de fl. 99. As diferenças identificadas foram reajustadas monetariamente e acrescidas de juros moratórios.

Pelo fato da impugnante não ter atendido a intimação para os fins do artigo 475-J, do CPC, seu débito sofreu a multa de 10% prevista naquele dispositivo, pelo que o valor de fl. 101 foi majorado para R\$ 5.849,21. A fl. 108 este juízo arbitrou em 10% os honorários advocatícios pela fase de cumprimento da sentença, porquanto o impugnante não cuidou de depositar o valor do seu débito no prazo legal. O STJ já consolidou o entendimento em torno da imposição de honorários advocatícios nesse tipo de intercorrência.

Portanto, o valor bloqueado a fl. 118 satisfaz o crédito do impugnado e não se ressente de abusividade alguma.

JULGO IMPROCEDENTE o incidente. Prevalece o valor do crédito do impugnado, nos limites especificados na fundamentação. As custas processuais já foram identificadas no cálculo do auxiliar do juízo e são devidas pelo impugnante. Descabe nova fixação de honorários advocatícios, pois a de fl. 108 da ação principal já se revela suficiente para a justa remuneração do advogado do impugnado.

P.R.I.

São Carlos, 23 de outubro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA